

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.134 - SP (2019/0113106-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : I D G F
ADVOGADO : MÁRCIO DE FREITAS CUNHA - SP190463
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado como incurso no artigo 311, *caput* (adulteração de sinal identificador de veículo automotor), e no artigo 180, *caput* (receptação), do Código Penal - cada qual por duas vezes, e, assim, na forma do artigo 70 do Código Penal, - à pena de 7 anos e 7 meses de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 40 dias-multa.

O recurso da defesa foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 551):

RECEPTAÇÃO materialidade prova do pressuposto, ser o bem produto de crime res apreendida com o apelante que não é o autor do crime procedente.

RECEPTAÇÃO autoria demonstrada à posse do bem pelo auto de apreensão e depoimento de policiais - validade, só devendo o depoimento do policial ser visto com reservas, quando presente indício que a acusação visa justificar eventual abuso praticado a apreensão da res furtiva com o acusado inverte o ônus de prova e impõe à defesa demonstrar posse de boa-fé sob pena de ter-se por provada a autoria inteligência do art. 156 do CPP. DOLO demonstrado pela prova oral que o apelante sabia que a res produto de crime anterior elementos externos utilizados para a comprovação do animo do agente.

ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR materialidade laudos periciais, os quais concluíram que as peças examinadas e que foram apreendidas no local dos fatos em poder do acusado podem ser utilizadas na prática do delito, servindo para adulterar sinal identificador de veículos automotores laudo pericial comprovando que se adulterou sinal identificador de veículo automotor Fiat/Strada, qual seja, placa de veículo automotor - troca de placas que configura do delito Resolução CONTRAN nº 24, de 1/05/1998 que especifica como será a gravação do número de identificação veicular

Superior Tribunal de Justiça

(VIN) do chassi em vidros de veículos, além de disciplinar a regravação do número de identificação veicular (VIN) no chassi que deverá ser feita em empresa credenciada sinal identificador adulterado no vidro do carro configura-se crime de adulteração de sinal identificador de veículos automotores. **ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR** - autoria - depoimentos dos policiais que confirmam a adulteração praticada pelo acusado - validade.

PENAS - para os crimes de receptação - base fixada acima do mínimo legal, pelas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu uso de argumento não utilizado na r. sentença - diferença entre fato processual e fato penal - proibição, pelo princípio da correlatividade, de alteração no aspecto horizontal - possibilidade de alteração no tocante à profundidade - princípio do *tantum devolutum quantum appellatum* restrito ao objeto da impugnação e não aos fundamentos utilizados - restrição existente tão somente para o respeito ao princípio do *non reformatio in pejus* - precedentes das Cortes Superiores - ausentes outras circunstâncias e causas especiais de aumento ou de diminuição, as penas ficaram tal como fixadas na fase anterior - pelo concurso formal as penas foram aumentadas.

Para os crimes de adulteração de veículos automotores base fixada acima do mínimo legal, por circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu ausentes outras circunstâncias e causas especiais de aumento ou de diminuição, as penas ficaram tal como fixadas na fase anterior pelo concurso formal as penas foram aumentadas somadas as penas dos crimes de receptação e os de adulteração de veículos automotores aplicando-se o concurso material.

REGIME em razão de ter o apelante ferido mais profundamente o bem jurídico protegido, que é o patrimônio, dado o alto valor das coisas receptadas réu que adulterou os veículos, remarcando as numerações dos vidros dos automóveis local em que o réu fora encontrado há sinais de adulteração nos veículos, produto de roubo, mais precisamente nas chapas, vidros, numeração de chassi e placas conversa do WhatsApp demonstrando o envolvimento do réu e de Juliana que alugava o imóvel cedendo-o para que o acusado pudesse ocultar os veículos e neles fazer adulteração de seus sinais identificadores, tudo a indicar a necessidade de regime mais gravoso - improvimento, com determinação

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 712/724).

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que teve sua pena-base exasperada de forma desproporcional. Afirma a ocorrência de violação ao art. 59, do Código Penal.

Requer a majoração da pena-base no patamar de até 1/6 (um sexto) para

Superior Tribunal de Justiça

cada circunstância judicial avaliada como desfavorável.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 778/779, afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7 e n. 182/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 783/790.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 800/835.

Parecer ministerial pugnando pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 852/853).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente postula, em suma, a revisão da pena-base.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem destacou (e-STJ, fl. 564):

Para os delitos de receptação a base foi fixada acima do mínimo dobrando as penas, dada às circunstâncias judiciais (enorme aparato e instrumentos utilizados para as adulterações dos veículos, demonstrando o conhecimento e profissionalismo do réu com a prática delitiva). Aqui mantenho o aumento agregando novo outro fundamento, qual seja, o alto valor do bem, que indica maior ataque ao bem jurídico protegido, ou seja, maior desvalor do resultado.

(...)

Crimes de adulteração de sinal identificador de veículos automotores a base foi fixada acima do mínimo, de metade, dada às circunstâncias judiciais (enorme aparato e instrumentos utilizados para as adulterações dos veículos, demonstrando o conhecimento e profissionalismo do réu com a prática delitiva). Logo a pena chegou em 4 anos e 6 meses de reclusão e 15 dias -multa.

Com efeito, "no tocante à fixação da pena-base acima do mínimo legal, cumpre registrar que a dosimetria da pena está inserida no âmbito de discricionariedade do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais, quando malferida alguma regra de direito." (AgRg no AREsp 1527212/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019)

Além do que, havendo circunstâncias judiciais negativas, ilógico seria fixar-se a pena-base no mínimo legal, tendo em vista que, para *"mensurar a pena-base, de maneira particularizada a cada acusado, de modo a individualizá-lo, conforme o que fez e de acordo com seus atributos próprios, é a meta fundamental do magistrado, na sentença condenatória"* (NUCCI, Guilherme de Souza, *Manual de Direito Penal*. Ed. Forense: 2015, 11ª edição, fl. 421).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "a", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator